

O PAPEL DAS TÉCNICAS CONTÁBEIS NO DESENVOLVIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES COMERCIAIS

Letícia Uane Avis de Oliveira

Ana Caroline Barreto de la Rocque

Dr. Robson Antonio Tavares Costa

RESUMO

Este artigo tem como objetivo de estudo mostrar a importância da contabilidade para a manutenção do equilíbrio das empresas comerciais, explorando os conceitos relacionados às suas existências, e, abordando as principais técnicas e ferramentas que fazem do conhecimento contábil, um mecanismo de gestão extremamente eficaz para todos os indivíduos que estejam atrelados ao ambiente organizacional. Primeiramente, serão feitas abordagens sobre as origens das práticas comerciais e em seguida, o detalhamento das técnicas contábeis e suas implicações no desenvolvimento das organizações. Posteriormente será demonstrada a correlação entre o papel contábil e a administração.

Palavras-Chave: contabilidade, técnicas contábeis, empresas comerciais, conhecimento contábil, ferramentas de gestão.

INTRODUÇÃO

O planejamento é visto como um dos principais fatores que contribuem para o crescimento das empresas, sendo um importante processo que influencia nas tomadas de decisões. A habilidade do gestor que utiliza a Contabilidade como ferramenta de suporte ao planejamento contribui fortemente para o sucesso de sua empresa. A Contabilidade tem como objetivo

fundamental, fornecer a partir de suas técnicas, as informações de caráter financeiro, aos indivíduos, facilitando o planejamento e permitindo que os mesmos avaliem e façam alterações na situação econômica de uma determinada entidade.

As Técnicas Contábeis, sobretudo reforçam a importância da Contabilidade para as instituições comerciais. Sob esta perspectiva, é

possível obter informações sobre a estruturação do patrimônio, das suas modificações e dos resultados financeiros decorrentes da administração dos bens, e, com a utilização do conhecimento contábil, o atual modelo de gestão, compreendido pelos princípios administrativos de Planejamento, Organização, Direção e Controle, se desenvolve, adquirindo maiores valores, como registros autênticos de informações e maior transparência na administração.

O papel da Contabilidade faz-se necessário tanto a pessoas físicas quanto às pessoas jurídicas na tomada de decisões de pequenos e grandes negócios. A partir dela, a situação real da empresa pode ser demonstrada de forma clara e objetiva, auxiliando os administradores/gestores a terem um parecer das informações financeiras, sobre as condições da empresa, as vantagens e desvantagens de assumir algum investimento, de dar descontos, sobre os impostos incidentes nos produtos e assim facilitar a manutenção de custos e decisões a serem tomadas pela entidade.

1- As Origens das práticas comerciais

As atividades comerciais são intrínsecas à natureza do homem e às suas necessidades. O comércio já existe há muito tempo; desde que surgiram as sociedades; é dito como o artifício de comprar, vender e trocar determinado produto, mas, a princípio, apenas a atividade de troca era praticada. Ludícibus e Marion (2004) explicam que, na antiguidade, os fenícios possivelmente foram os povos que mais se destacaram nas atividades comerciais. Vários fatores contribuíram para isso, inclusive os de caráter geográficos, pois a Região da Fenícia possuía poucas terras para o desenvolvimento de uma agricultura de qualidade. Sendo assim, foi necessário voltar-se para a atividade comercial, passando-se a constituir uma grande frota que realizava as ligações com o Ocidente e com o Oriente. Almeida (2012) nos diz que a sociedade se inspirava na natureza associativa do ser humano, possuindo a necessidade de se obter em pouco tempo, ótimos resultados na produção, com alterações significativas na economia dos povos:

“De tal processo evolutivo resultaria a conjugação de esforços que consubstanciariam a forma primitiva de sociedade, assim considerada a reunião de duas ou mais pessoas, com o propósito de combinar esforços e bens, com objetivo de repartir entre si os proveitos auferidos. Na união dessas forças, pois, encontramos as primeiras manifestações da sociedade, conquanto, obviamente, bem distanciada dos dias atuais” (ALMEIDA 2012, p. 26)

O comércio durante a idade média, por ser terrestre, era difícil. As péssimas condições de infraestrutura, estradas quase intrafegáveis, pilhagens, ameaças de roubos e o crescente número de pedágios típicos do sistema feudal, contribuíram para que posteriormente no século XV e XVI o primeiro grande desenvolvimento comercial se desse por mar. Em consequência dessa expansão marítima comercial houve a formação dos impérios coloniais como Portugal e Espanha.

O escambo, troca de mercadorias por outros produtos ou serviços sem envolver dinheiro ou qualquer aplicação monetária aceita ou em circulação, pode ser considerado a primeira forma de comércio brasileiro. Quando Portugal chegou ao Brasil,

realizava o escambo com os índios brasileiros, que davam o pau-brasil aos portugueses em troca de mercadorias como facas, machados, espelhos, pentes e outros objetos sem alto valor material. Portugal transportava através do mar essa matéria-prima (pau-brasil), utilizavam para a produção de móveis e extração da seiva, pois esta era uma substância utilizada para tingir tecidos e posteriormente comercializar na Europa.

[...] não é a grande quantidade de ouro e prata o que constitui a verdadeira riqueza de um Estado, já que no mundo há países muito grandes que contam com abundância de ouro e prata, e que não se encontram mais cômodos, nem são mais felizes [...]. A verdadeira riqueza de um Reino consiste na abundância das Mercancias, cujo uso é tão necessário para o sustento da vida dos homens, que não podem passar delas” (VAUBAN 1707, p. 77-78)

O mercantilismo ou capitalismo comercial, conjunto de práticas econômicas, levou os países europeus à expansão através do mar. Marcado por uma forte intervenção do Estado na economia, firma-se numa série de medidas que visavam unificar o

mercado interno e teve como finalidade a formação de fortes Estados-nacionais.

[...] as conquistas marítimas, que coincidem com o Renascimento, com seus naturais reflexos no comércio, viriam incrementar a formação de grandes companhias colonizadoras, tornando-se célebre a Companhia das Índias, quando então, segundo número apreciável de turistas, teria surgido a sociedade anônima. Segue-se a esses estágios a chamada Consolidação de Luís XIX, que, em rigor, constitui a primeira codificação do Direito Comercial, acrescentando-se a esse ciclo evolutivo o Código de Napoleão, em 1807, e assim sucessivamente. (ALMEIDA, 2012, p.27)

2. Empresas comerciais

À princípio, apenas um indivíduo (mercador) era responsável pela mediação entre produtos e compradores. Contudo, a partir do

momento em que começaram a se desenvolver os fluxos de mercadorias, tornou-se necessário a participação de mais pessoas para dar continuidade às vendas. Posteriormente, com o aprimoramento dos negócios, passou-se exigir uma melhor organização do trabalho e do capital por eles gerados, e um efetivo maior de mediadores. Daí surgiram as sociedades mercantis, que se caracterizam pelo ato de negociar entre si, e, que certamente originaram as organizações, que hoje chamamos de empresa.

Almeida (2012) nos diz que, ao revogar a parte geral que dispunha do Código Comercial de 1850, o Código Civil de 2002 adotou a Teoria da Empresa, abolindo os antigos conceitos de comerciante e de sociedade mercantil, passando a denominá-los de empresário e sociedade empresária, respectivamente. Essa sistemática consistiu em disciplinar as atividades dos comerciantes e dos atos do comércio. É a partir dessas mudanças que surge o Direito de Empresa. O autor, também nos fornece o conceito de empresa, definindo-a como uma “organização econômica destinada à

produção ou circulação de bens ou serviços, denominada, outrossim, atividade econômica” (ALMEIDA, 2012, p. 28).

Dentre os vários segmentos de empresas, considerando-se apenas as que possuem fins lucrativos, podemos citar as empresas industriais, as empresas de serviços e as empresas comerciais, que representam o foco desta pesquisa. O empresário, que configura-se como o administrador da empresa, é definido de acordo com o Art. 966 do Código Civil, como aquele que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou de serviços.

Conceitua-se Empresa Comercial, como uma organização cuja função principal é servir de mediadora entre produtor e consumidor, com a intenção de se obter lucros. Podem ser formadas por uma única pessoa física, como exercício individual do comércio, ou por um grupo de indivíduos, na forma de sociedade. Para Ribeiro (2003), as atividades das empresas comerciais podem ser resumidas em exercícios de compra e venda de produtos.

3. Técnicas Contábeis

As Técnicas Contábeis são o conjunto de procedimentos utilizados na ciência contábil para que os fins propostos sejam atingidos. Conforme Ribeiro (2010), são diversas as Técnicas Contábeis disponibilizadas pela contabilidade e que buscam auxiliar os envolvidos no que se refere à gestão de uma empresa comercial; dentre elas, estão a Escrituração, as Demonstrações, a Auditoria e as Análises de balanços.

3.1 Escrituração Contábil

Consiste no ato de registrar, em livros próprios, como o Diário e Razão, Caixa e Contas Correntes, todos os fatos administrativos, assim como dos atos administrativos relevantes que acontecem diariamente nas empresas. Segundo Moreira (2010) a escrituração contábil visa criar um registro autêntico das atividades, produzindo um padrão gráfico a ser utilizado pelo próprio empresário e por outros indivíduos que com ele se relacionam, a fim de possibilitar um melhor planejamento e gerenciamento dos negócios.

O livro diário tem significativa importância para o controle das empresas comerciais; é obrigatório e exigido por legislação comercial, conforme a Lei nº 556/1850 do Código Comercial. Na sua escrituração, os fatos são registrados de maneira mercantil, através do lançamento, seguindo a uma disposição técnica em ordem cronológica, utilizando os componentes chamados de contas. Ribeiro (2003) conceitua o Lançamento como sendo o meio pelo qual se processa a escrituração contábil. Dentre os elementos essenciais podemos citar os seguintes: local e data da ocorrência do fato, conta a ser debitada, conta a ser creditada, histórico e valor. O livro Razão também é de grande utilidade, pois destina uma página para cada conta, selecionando operações para cada elemento do patrimônio, controlando-os individualmente.

Conta é o nome técnico dado aos componentes patrimoniais (Bens, Direitos, Obrigações e Patrimônio Líquido) e aos elementos de Resultado (Despesas e Receitas). É através das contas que a Contabilidade consegue desempenhar seu papel. Todos os

acontecimentos que ocorrem na empresa, responsáveis pela sua gestão, tais como compras, vendas, pagamentos, e recebimentos, são registrados nos livros próprios através das contas.

As contas podem ser divididas em dois grupos, denominados Contas de Patrimônio e Contas de Resultado. As contas de patrimônio são as que representam os elementos que compõem o Patrimônio, os quais dividem-se em dois grandes grupos: Ativo e Passivo. Ainda conforme Ribeiro (2003), podemos exemplificá-las da seguinte maneira:

Exemplo:

Contas Patrimoniais

ATIVO
Circulante
Compreende contas que estão constantemente em giro – movimento-, sua conversão em dinheiro ocorrerá, no máximo até o próximo exercício social.
Realizável a longo prazo
Incluem-se nessa conta bens e direitos que se transformarão em dinheiro após o exercício seguinte.
Permanente

São bens e direitos que não se destinam a venda e tem vida útil longa, no caso de bens.

- Investimento

São as aplicações de caráter permanente que geram rendimentos não necessários a manutenção da atividade principal da empresa.

- Imobilizado

Abarca itens de natureza permanente que serão utilizados para a manutenção da atividade básica da empresa.

- Diferido

São aplicações que beneficiarão resultados de exercícios futuros.

investimentos dos proprietários será reduzido.

Fonte: (MARION, 1998. p.64)

As contas de Resultado dividem-se em Contas de Despesas e Contas de Receitas. As Contas de Despesas caracterizam-se pelo consumo de Bens e pela utilização de serviços, tais como água e esgoto, energia elétrica, material de limpeza, salários, entre outros. Já as contas de Receitas decorrem da venda de Bens ou da prestação de serviços, tais como vendas de mercadorias, receitas de serviços, além de outras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Circulante

Compreende obrigações exigíveis que serão liquidadas no próximo exercício social: nos próximos 365 dias após o levantamento do balanço.

Exigível a longo prazo

Relacionam-se nessa conta obrigações exigíveis que serão liquidadas com prazo superior a um ano – dívidas a longo prazo.

Patrimônio líquido

São recursos dos proprietários aplicados na empresa. Os recursos significam o capital mais o seu rendimento – lucros e reservas. Se houver prejuízo, o total dos

3.2 Razonete e Balancete

O razonete (conta em formato de T) configura a redução das contas escrituradas no livro razão. Nele são lançados os débitos e créditos referentes às contas da empresa: “É um instrumento didático para desenvolver o raciocínio contábil. Através dos razonete são feitos registros individuais por conta”(MARION 1998, p.111). Os balancetes também são contas extraídas do livro razão; eles relacionam as contas com os seus

respectivos saldos, correspondendo ao resumo sistemático das contas utilizadas pelos administradores e contadores.

4. Demonstrações Contábeis

São relatórios técnicos que constam dados obtidos a partir dos registros contábeis da empresa. As mais conhecidas são o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Conforme Ribeiro (2003), balanço patrimonial é uma demonstração que tem como objetivo evidenciar de forma resumida, o Patrimônio de uma empresa, de maneira qualitativa e quantitativa. Deve compreender todos os bens (tangíveis e intangíveis), os direitos, as obrigações e o patrimônio líquido. Já as demonstrações de resultado do exercício visam mostrar ao empresário, se a entidade obteve lucros ou gerou prejuízos no decorrer de suas atividades.

5. Auditoria

A auditoria consiste na verificação da exatidão dos dados inseridos nas demonstrações contábeis, através do exame detalhado dos registros de

contabilidade e dos documentos que os originaram. Análise de Balanços (análise das demonstrações contábeis). Abrange o exame e a interpretação dos dados contidos nas demonstrações contábeis, no intuito de converter esses dados em informações úteis aos mais diversos usuários da contabilidade.

6. Análise de Balanços

Compreende a unificação das demonstrações contábeis da instituição controladora e de suas controladas, confrontando as informações presentes no balanço patrimonial a fim de demonstrar a situação econômica e financeira e das variações incluídas nas contas do ativo, passivo e do patrimônio líquido.

Porém cada empresa possui suas particularidades, o que faz o analista ter mais precaução ao tomar decisões. Tais como: as condições de giro do negócio, a dimensão de alcance da empresa e os ramos de negócios da empresa. Essa análise pode ser feita de duas maneiras: análise por série temporal ou análise comparativa.

CONCLUSÃO

É a partir da gestão das empresas que ocorrem o registro dos fatos administrativos, onde é possível obter o controle da movimentação do Patrimônio das empresas comerciais explorada pela Contabilidade Comercial. Partindo do princípio que as empresas comerciais direcionam-se nas operações de compra e venda de mercadorias, a informação contábil estruturada, autêntica, apropriada e completa, pode ser o diferencial entre o fracasso e o sucesso.

A informação contábil é decisiva na avaliação da viabilidade de investimento em uma determinada empresa. Analistas financeiros e macroeconomistas estão interessados nos serviços contábeis para extrair agregados financeiros (vendas por setor, liquidez, controle de estoque). Os usuários dessas extrações de informações são todos aqueles que de forma direta ou indireta as empregam para adquirir conhecimento sobre as garantias e vantagens que a empresa oferece para cumprir seus compromissos junto aos Fornecedores, Clientes e Fisco, ou mesmo para acompanhar o

andamento e desenvolvimento da empresa, a fim de tomar decisões administrativas, financeiras ou econômicas. Sendo possível gerar demonstrativos ou relatórios que permitem a tomada de decisões por parte dos administradores/gestores, que analisa onde há mais despesas podendo diminuir alguns gastos ou fazer novos investimentos.

A maioria dos relatórios gerados nas empresas e instituições são técnicos, o que dificulta a interpretação dos gestores. O papel da contabilidade neste caso torna-se fundamental, prestando auxílio no entendimento e no rumo do processo decisório.

A Contabilidade gera dados sobre o controle financeiro e econômico à entidade, demonstra ao gestor a real situação patrimonial; Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos; Balanço Patrimonial; Demonstração de Resultado de Exercício; Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados.

Os relatórios fornecidos pela Contabilidade são usados não só por administradores/gestores outros órgãos, pessoas e empresas também os empregam como instrumento

auxiliador de análise das informações contábeis e ter um parecer da posição financeira.

Agradecimentos

Agradecemos ao Professor da Universidade Federal do Amapá, Mario Mendonça, que leciona a disciplina de Metodologia da Pesquisa. Pela orientação e ensinamentos prestados sobre artigos científicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Amador Paes. **Manual das sociedades comerciais** (direito de empresa). 20 ed. rev. e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2012.

ARAUJO, Sheila T. Westrupp, VICTORETTI, Rogéria R. Machado. **Contabilidade Comercial I**. Palhoça: UnisulVirtual, 2002.

Disponível em:
http://busca.unisul.br/pdf/88822_Rogeria.pdf Acesso em 06 de Agosto de 2014.

GOUVEA, Rafael Campello de. **Escrituração Contábil**. Rio de Janeiro, 2007. (Monografia apresentada a Universidade Candido

Mendes como condição prévia para a conclusão do curso de pós-graduação "Latu Sensu" em auditoria e controladoria).

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MOREIRA, Matheus Campolina. **A escrituração dos livros empresariais**. Minas Gerais, 2010.

Disponível em:
https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=A+ESCRITURA%C3%87%C3%83O+DOS+LIVROS+EMPRESARIAIS+MATHEUS+CAMPOLINA Acessado em 06 de agosto de 2014

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral Fácil**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____, Osni Moura. **Contabilidade Geral Fácil**. 6 ed. atualizada. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____, Osni Moura. **Contabilidade Básica Fácil**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____, Osni Moura. Contabilidade Comercial Básica. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.